



CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS



08/06/2014

Agente Administrativo



CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS

08 de junho de 2014

Nível Médio

Agente Administrativo

GABARITO DO CANDIDATO

01.	11.	21.	31.
02.	12.	22.	32.
03.	13.	22.	33.
04.	14.	24.	34.
05.	15.	25.	35.
06.	16.	26.	36.
07.	17.	27.	37.
08.	18.	28.	38.
09.	19.	29.	39.
10.	20.	30.	40.

Português

Texto I, para responder às questões 1 a 5.

SOFRIDA REPÚBLICA

Os desmandos expostos diariamente na mídia causam imenso prejuízo à nação. Além de dano econômico, resultam em consequências piores, de ordem imaterial. Geram dor, revolta e desesperança. A insegurança acarreta o medo e, com ele, a descrença nas instituições.

Notícias recentes revelam a onda de protestos que tomaram as ruas brasileiras. Depredações do patrimônio público e privado, incêndios, confrontos, morte. Não faltam motivos para o descontentamento que se percebe. A população tem muito a reivindicar aos poderes públicos, mas assombra-me a opção pela violência. Nosso país enfrenta grave crise, cuja origem está na falta de educação e de valores éticos.

A repetição do comportamento desprezível torna a vítima algoz da comunidade e nivela por baixo os cidadãos. Pretender fazer justiça com as próprias mãos inviabiliza a vida em sociedade e transforma-nos em reféns uns dos outros.

Urge o aparecimento de novas lideranças forjadas sobre sólida base ética, focadas no futuro, dispostas a dar o melhor de si em prol do outro, na busca da construção de uma realidade inclusiva, na qual prevaleça o bem-estar coletivo.

Deve-se abandonar a noção individual de sucesso, a fim de entender que a ausência de paz social impede-nos de usufruir até mesmo daquilo que se conquistou com tanto esforço. Há de se ter em mente que a vitória pessoal será sempre pequena quando for dissociada do contexto em que se vive, quando não se reverte em proveito alheio, quando estiver limitada ao ganho financeiro ou à obtenção do cargo público para dele se servir.

A sociedade paga o preço das escolhas que faz. Descabe insistir na infantil ideia de que as riquezas nacionais são do povo, mas os problemas pertencem apenas aos detentores do poder. É preciso socializar a responsabilidade pela mudança do que não deu certo.

A sociedade brasileira não é vítima. É sim autora – considerados os políticos que se valem do cargo eletivo não para servir ao outro, mas locupletarem-se. Enfim, quem os escolheu?

(Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral. In.: Folha de São Paulo, 02 de março de 2014. – com adaptações)

01 Buscando dar consistência ao seu texto, Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello lança mão de estratégias argumentativas. Dentre as estratégias listadas abaixo, qual delas o autor emprega com mais frequência?

- a) Apelo emocional.
- b) Relação de causa e consequência.
- c) Comparação e contradição.
- d) Dados estatísticos.
- e) Argumentos de autoridade.

02 Marque F (falso) ou V (verdadeiro) para inferências a partir do texto:

- I) A descrença nas instituições ocasiona reivindicações violentas.
- II) Fazer justiça com as próprias mãos coaduna com os princípios da república.
- III) Não saber escolher governantes tem relação com falta de educação e ética.
- IV) Os políticos brasileiros são os únicos responsáveis pelos problemas do Brasil.

A sequência correta é:

- a) V F F V.
- b) V V F F.
- c) F F V V.
- d) V F V F.
- e) F V F V.

03 Ao concluir o texto com a frase interrogativa, o autor do texto utiliza uma estratégia discursiva que busca:

- a) Ratificar a ideia de que a sociedade brasileira é corresponsável pelos problemas existentes no Brasil.
- b) Levantar curiosidade que gera especulação acerca dos desmandos expostos diariamente na mídia.
- c) Produzir uma pergunta para simplesmente levar o leitor a pensar numa resposta plausível.
- d) Testar o grau de compreensão do leitor acerca dos preceitos republicanos que alicerçam a sociedade brasileira.
- e) Produzir um clima de suspense em relação ao assunto a ser discutido.

04 O principal objetivo do texto é:

- a) Apresentar o alto índice de violência da sociedade brasileira atual e suas causas.
- b) Denunciar os governantes no que diz respeito a sua omissão em relação ao combate à violência.
- c) Alertar os leitores da responsabilidade de cada um para que prevaleça o bem-estar coletivo.
- d) Denunciar a falta de fiscalização no que concerne o uso e os gastos do dinheiro público.
- e) Expor a indignação do autor em relação aos desmandos diariamente expostos na mídia.

05 Com base no fragmento *A repetição do comportamento desprezível torna a vítima algoz da comunidade e nivela por baixo os cidadãos* (3º§), é correto afirmar que o autor do texto

- a) defende a onda de protestos que tomaram as ruas brasileiras.
- b) insinua que os políticos têm comportamento desprezível frente a esses protestos.
- c) insinua-se contrário à máxima bíblica: “olho por olho, dente por dente”.
- d) supõe que seja conveniente o aparecimento de novas lideranças partidárias.
- e) repudia os atos de violência presentes nos protestos contemporâneos.

Texto II, para responder às questões 6 e 7.



(<http://photos1.blogger.com/blogger/3052/2867/1600/charge%2031-08.jpg>)

06 Em relação aos textos I e II, acima apresentados, a alternativa que traz a afirmação verdadeira é:

- a) Ambos os textos satirizam a incapacidade do eleitor brasileiro no concernente às escolhas de seus governantes.
- b) Ambos os textos chamam a atenção do eleitor brasileiro para sua responsabilidade na escolha de seus governantes.
- c) Ambos os textos são de gêneros intrinsecamente diferentes e, portanto, não podem se complementar, nem ser comparados.
- d) Ambos os textos ratificam a urgência do surgimento de novas lideranças forjadas sobre sólida base teórica.
- e) Ambos os textos objetivam denunciar a politicalha existente no Brasil.

07 Considerando os recursos linguísticos e imagéticos da charge, assinale as afirmações verdadeiras:

- I) A possibilidade de inferência de que o autor da charge refere-se ao eleitor brasileiro situa-se no texto não verbal.
- II) Pode-se acrescentar à primeira preposição *de* o artigo definido *as* [das drogas] mantendo-se o mesmo sentido e respeitando-se a regência formal.
- III) Na sentença *O maior traficante de drogas deste país é você*, há um pronome demonstrativo cuja função dêitica remete ao Brasil, recuperado através da imagem.
- IV) O emprego da vírgula na organização do texto verbal justifica-se pela presença do sujeito “mau eleitor”.

Estão corretas apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Texto III, para responder às questões 8 e 9.

ADMIRÁVEL GADO NOVO

Vocês que fazem parte dessa massa
 Que passa nos projetos do futuro
 É duro tanto ter que caminhar
 E dar muito mais do que receber
 E ter que demonstrar sua coragem
 À margem do que possa parecer
 E ver que toda essa engrenagem
 Já sente a ferrugem lhe comer
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado
 Povo marcado eh! Povo feliz...
 Lá fora faz um tempo confortável
 A vigilância cuida do “normal”
 Os automóveis ouvem a notícia
 Os homens a publicam no jornal
 E correm através da madrugada
 A única velhice que chegou
 Demoram-se na beira da estrada
 E passam a contar o que sobrou
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado
 Povo marcado eh! Povo feliz...
 O povo foge da ignorância
 Apesar de viver tão perto dela
 E sonham com melhores tempos idos
 Contemplam esta vida numa cela
 Esperam nova possibilidade
 De verem este mundo se acabar
 A arca de Noé, o dirigível
 Não voam nem se pode flutuar
 Não voam nem se pode flutuar
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado
 Povo marcado eh! Povo feliz...

(Zé Ramalho. Ed. EMI Songs BR-SME-79/00007)

08) Considerando aspectos sintático-semânticos do texto e seu funcionamento, sinalize as assertivas corretas (C) e as erradas (E):

- I) No 31º verso, *Não voam nem se pode flutuar*, a flexão de plural em “voam” justifica-se pela concordância com o sujeito da oração, cujos núcleos são *arca de Noé* e *dirigível*.
- II) No 4º verso, *E dar muito mais do que receber*, a preposição *de*, empregada antes de *que*, é exigência sintática da forma verbal *dar*; portanto sua retirada implicaria prejuízo à correção gramatical do período.
- III) No 6º verso, *À margem do que possa parecer*, a ausência do acento indicativo de crase altera a função sintática do termo *à margem*.
- IV) No 17º verso, *Demoram-se na beira da estrada*, o deslocamento do pronome *se* para imediatamente antes da forma verbal *demorar – se demoram na beira da estrada –* não prejudicaria a correção gramatical do texto, segundo a tradição.

A sequência correta é:

- a) C E C E.
- b) C C E E.
- c) E C E C.
- d) C E E E.
- e) C C C E.

09) A alternativa em que o vocábulo *já* tem o mesmo significado que aquele presente no 8º verso – *Já sente a ferrugem lhe comer* – é:

- a) Agradeço desde *já* qualquer ajuda que possa conceder.
- b) Ela foi tão rude, que ele *já* não queria vê-la.
- c) O eleitor *já* vê os resultados da campanha.
- d) Como terei entrevista à noite, *já* deixei o currículo pronto.
- e) Se eles aprenderem a votar, *já* é um bom começo.

10 Os enunciados dispostos abaixo formam o texto “O leão fugido” do autor Millôr Fernandes (1963, com adaptações). Reconstitua o texto, recuperando a ordem correta desses enunciados. Em seguida, assinale a sequência correta.

- () O cavalheiro, ouvindo o aviso, voltou-se.
- () E morreu de um ataque do coração.
- () Não adianta nada.
- () Viu o leão.
- () Acabei de ouvir dizer que um macaco fugiu do circo agora mesmo.
- () Bateu delicadamente nas costas do senhor,
- () Aí caminhou pé ante pé.
- () E disse disfarçando a voz leonina o mais possível.
- () O leão então murmurou tristemente:
- () É tal a nossa fama de ferocidade
- () quando viu um senhor à sua frente.
- () que matamos,
- () Um leão fugido do circo vinha correndo pela rua
- () mesmo quando queremos agir em favor do próximo
- () Cavalheiro, tenha cuidado e, muita calma;

A sequência correta é:

- a) 15, 6, 5, 9, 10, 3, 7, 11, 8, 13, 1, 4, 12, 14, 2.
- b) 5, 1, 7, 4, 13, 15, 3, 8, 10, 11, 2, 6, 9, 12, 14.
- c) 13, 11, 6, 15, 7, 4, 8, 9, 3, 5, 10, 12, 1, 2, 14.
- d) 13, 11, 7, 6, 8, 15, 5, 1, 4, 2, 9, 3, 10, 12, 14.
- e) 13, 7, 11, 1, 8, 3, 10, 12, 6, 2, 9, 15, 5, 4, 14.

Legislação

11 De acordo com a Constituição Federal de 1988, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- a) União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
- b) União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) União, Estados e Municípios.
- d) União, Distrito Federal e Municípios.
- e) União, Estados, Distrito Federal e Territórios.

12 O município pode ser definido como pessoa jurídica de direito público interno e autônoma nos termos e de acordo com as regras estabelecidas na Constituição Federal de 1988. Sendo assim, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das competências do município:

- a) legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c) criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- d) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

13 Excepcionalmente, a Constituição Federal de 1988 prevê situações (de anormalidade) em que haverá intervenção, suprimindo-se, temporariamente, a autonomia dos entes federativos. As hipóteses, por trazerem regras de anormalidade e exceção, devem ser interpretadas restritivamente, consubstanciando-se um rol taxativo. Sobre intervenção, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para manter a integridade nacional.
- b) O Estado poderá intervir em seus Municípios, assim como a União nos Municípios localizados em Territórios Federais quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- c) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra.
- d) Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de 30 dias.
- e) No caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, a decretação da intervenção dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

14 O art. 18, §4º, da Constituição Federal de 1988, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 15/96, estabelece as regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, nos seguintes termos:

- a) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- b) Os municípios serão criados, incorporados e desmembrados por lei municipal, mediante referendo, sem que seja necessária a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, sem que haja necessidade de divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- e) Os municípios serão criados, incorporados ou desmembrados de acordo com o interesse do governante público, sem que seja necessária a criação de lei estadual, nem consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, buscando sempre o interesse público.

15 Nos termos do art. 6º da Constituição Federal, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Sobre os direitos sociais é correto afirmar:

- a) A Constituição Federal fixa que a remuneração do serviço extraordinário será superior em 35% à do normal.
- b) Nos termos da Constituição Federal, a existência de seguro contra acidentes de trabalho pago pelo empregador, impede que ele venha a ser condenado a indenizar o seu empregado, em caso de acidente durante a jornada normal de trabalho.
- c) Há proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 21 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos.
- d) É assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, pela Constituição Federal, fundo de garantia do tempo de serviço; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- e) Não cabe ao sindicato a defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais da categoria, mesmo em questões administrativas ou judiciais

16 Princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) São princípios constitucionais da Administração Pública apenas os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.
- c) O princípio da eficiência foi acrescentado ao rol dos princípios constitucionais do caput do artigo 37 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/04.
- d) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, somente, aos princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.
- e) A Administração Pública não obedecerá a nenhum princípio constitucional.

17 A licitação é um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública. A Lei n. 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre o processo de licitação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) Constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso, a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço, e a de maior lance ou oferta.
- c) Será desclassificada a proposta que não atenda às exigências do ato convocatório de licitação.
- d) A Administração pode descumprir as normas e condições do edital de licitação.
- e) No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela lei.

18 Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) Atualmente, a teoria da responsabilidade do Estado adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro é a Teoria da Irresponsabilidade Estatal.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- c) A Teoria da Responsabilidade sem Culpa era própria dos Estados Absolutistas nos quais a vontade do rei tinha força de lei.
- d) A Teoria da Irresponsabilidade Estadual foi a primeira tentativa de explicação a respeito do dever estatal de indenizar particulares por prejuízos decorrentes da prestação de serviços públicos.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

19] Ato administrativo é toda manifestação expedida no exercício da função administrativa, com caráter infralegal, consistente na emissão de comandos complementares à lei, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos administrativos não precisam ser motivados, nem conter indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- b) A administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) A administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- d) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 8 anos, contados da data em que foram praticados, mesmo que comprovada a má-fé.
- e) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados pela própria administração.

20] Pode-se conceituar contrato administrativo como o ajuste estabelecido entre a Administração Pública, agindo nessa qualidade, e terceiros, ou somente entre entidades administrativas, submetido ao regime jurídico-administrativo para a consecução de objetivos de interesse público. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Aos contratos administrativos serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.
- b) É cláusula necessária em todo contrato administrativo a que estabeleça o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- c) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstruir os já produzidos.
- d) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- e) A administração pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

Legislação Municipal

21 Com respeito a Posse em cargos públicos, conforme previsão no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Montadas, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I) A posse não poderá se dar através de procuração específica.
 - II) Haverá posse nos cargos de provimento por nomeação e comissão, devendo no ato da posse o funcionário apresentar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
 - III) Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 dias, a requerimento do interessado.
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Apenas a afirmativa II está correta.
 - c) Apenas a afirmativa III está correta.
 - d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

22 Para o Regime Jurídico Único do Servidor Público do Município de Montadas, o retorno à atividade de funcionário aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, é o conceito de:

- a) Substituição.
- b) Reversão.
- c) Readaptação.
- d) Aproveitamento.
- e) Reintegração.

23 Quanto ao direito de petição, previsto na Lei 257/1997, o direito de requerer proveniente do ato de demissão, prescreve em:

- a) 1 ano.
- b) 3 anos.
- c) 5 anos.
- d) 8 anos.
- e) 10 anos.

24 De acordo com a lei Orgânica do Município, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I) A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pelo Poder Executivo Municipal no último ano da legislatura, até dia 31 de dezembro de cada ano, vigorando para a legislatura seguinte.
 - II) A remuneração do Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.
 - III) O Vice-Prefeito não poderá receber verba de representação, que ultrapasse a metade da que for fixada para o Prefeito.
- a) I, II e III estão corretas.
 - b) Apenas a afirmativa I está correta.
 - c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

25 Com fundamento da Lei 217/1990, assinale a assertiva ao lado e assinale a afirmativa correta. A lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I) De 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
 - II) Do Prefeito Municipal.
 - III) De iniciativa popular.
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Apenas a afirmativa II está correta.
 - c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - e) I, II e III estão corretas.

Conhecimentos Específicos

26 Conforme o parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 9.784/1999, nos processos administrativos devem ser observados vários critérios, entre eles, os citados abaixo, EXCETO:

- a) adoção de formas complexas, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.
- b) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- c) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- d) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- e) atuação conforme a lei e o Direito.

27 Em um processo administrativo, quanto à anulação e à revogação dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e deve revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Todavia, o direito de revogar o ato administrativo, do qual decorra efeito favorável ao destinatário, decai em 05 (cinco) anos, contados da data em que foi praticado.
- b) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Todavia, o direito de revogar o ato administrativo, do qual decorra efeito favorável ao destinatário, decai em 03 (três) anos, contados da data em que o vício for descoberto.
- c) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Todavia, o direito de anular o ato administrativo, do qual decorra efeito favorável ao destinatário, decai em 05 (cinco) anos, contados da data em que foi praticado.
- d) A Administração deve anular seus próprios atos, independentemente de eventuais vícios e pode revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Por ser obrigatória a anulação, não ocorre caducidade do direito de a Administração anular o ato administrativo, podendo, assim, exercê-lo a todo tempo.
- e) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e deve revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Todavia, o direito de anular o ato administrativo, do qual decorra efeito favorável ao destinatário, decai em 03 (três) anos, contados da data em que foi praticado.

28 Sobre a instrução do Processo Administrativo, podemos dizer que:

- I) O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo. Que poderão ser aceitas ou não, conforme conveniência do órgão responsável pelo processo.
- II) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.
- III) As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.
- IV) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Estão corretas:

- a) Apenas III e IV.
- b) Apenas I, II e III.
- c) I, II, III e IV.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III

29 A respeito dos Princípios Arquivísticos é correto afirmar que:

- a) O princípio da unicidade indica que o documento de arquivo é único. Dessa forma, o documento original se opõe as suas cópias.
- b) O princípio da proveniência, aplicado ao ambiente com documentos de arquivo em suporte tradicional, tem seu uso proibido aos repositórios digitais de documentos de arquivo.
- c) O princípio da ordem original significa, na prática, a manutenção da ordem material dos documentos.
- d) O princípio da integridade arquivística determina a preservação dos fundos de arquivo em sua totalidade, sem que haja mutilação e tampouco destruições indevidas e não autorizada.
- e) Segundo o Princípio da Territorialidade os arquivos fazem parte do território onde se encontrarem, independentemente de onde foram produzidos.

30) Utilizando-se o Método Alfabético de Arquivamento, como ficaria a sequência correta dos nomes abaixo relacionados.

- 1) José Amadeo.
- 2) Angel O' Neil.
- 3) J. F. Amadeo.
- 4) Rafael Colorado Filho.
- 5) Dr. Renato Figueroa.

- a) 2 – 5 – 1 – 3 – 4.
- b) 3 – 1 – 4 – 5 – 2.
- c) 3 – 1 – 5 – 4 – 2.
- d) 2 – 3 – 1 – 4 – 5.
- e) 3 – 1 – 2 – 5 – 4.

31) A centralização dos arquivos correntes não é apenas a reunião da documentação em único local, como também a concentração de todas as atividades de controle de documentos. O órgão encarregado dessa centralização é o protocolo que concentra as seguintes atividades:

- a) Recebimento, registro, classificação, distribuição e movimentação de documentos.
- b) Expedição, controle, ordenação, retenção e expurgo.
- c) Recebimento, avaliação, levantamento, movimentação de documentos e descarte.
- d) Arquivo, controle, análise, recebimento e eliminação.
- e) Planejamento, análise, implantação, registro de processos e acompanhamento.

32) Reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, visando a torná-los úteis para fins administrativos, pesquisas históricas é função do arquivo:

- a) Especial.
- b) Permanente.
- c) Intermediário.
- d) Corrente.
- e) Especializado.

33) A gestão de documentos compreende um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, em fases corrente e intermediária, visando à eliminação ou ao recolhimento para guarda permanente. Acerca desse assunto, julgue as assertivas abaixo.

- I) A produção de documentos corresponde ao momento da elaboração dos documentos em decorrência das atividades de um órgão ou setor.
- II) A utilização de documentos se desenvolve mediante a análise e a avaliação dos documentos acumulados no arquivo. O objetivo desse processo é estabelecer prazos de guarda, determinando quais documentos serão objeto de arquivamento permanente, o protocolo deste, a expedição, se for o caso, a organização e, por fim, a eliminação, caso tenham perdido seu valor de prova ou de informação para a instituição.
- III) A gestão de documentos ainda se relaciona internamente com a área de conservação, pois muitas das definições da gestão são o ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho de conservação, que irá hierarquizar suas prioridades de acordo com o suporte da informação, o seu volume físico e o tempo de guarda dos documentos.
- IV) O arquivo permanente da empresa, que guarda os documentos que já não são de uso corrente nos setores, mas que por motivos de ordem legal ou administrativa ainda são preservados, recebe a documentação conforme as normas estabelecidas pela gestão, dentro dos prazos previstos na tabela de temporalidade de documentos e de acordo com os procedimentos de transferência: cronograma, acondicionamento, descrição e relação dos documentos a serem transferidos.

Estão corretas:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas I e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) Apenas I e IV.

34) O documento que pela natureza de seu conteúdo informativo, determina medidas especiais de proteção, quanto à sua guarda e acesso público, é classificado como:

- a) Urgente.
- b) Oficial.
- c) Público.
- d) Secreto.
- e) Sigiloso.

35) Desclassificação ocorre quando um documento é:

- a) Colocado na pasta “Diversos” ou “Miscelânea”.
- b) Liberado de restrições de acesso.
- c) Misturado a outros, durante o arranjo.
- d) Ordenado por assunto.
- e) Destinado a descarte, no processo de avaliação.

36) As atividades de conservação buscam aumentar a durabilidade do material do documento. A conservação se divide em atividades de preservação, que são as ações preventivas, e as atividades de restauração, que são ações corretivas. A respeito desse assunto é INCORRETO afirmar que:

- a) Os documentos em papel, ao serem parcialmente molhados ou expostos à umidade, não devem ser secados por meio de ventiladores, pois estes danificam os registros documentais.
- b) Uma das consequências da exposição dos documentos em papel à luz é o seu amarelecimento.
- c) A maneira adequada de prevenir o aparecimento de fungos nos documentos é manter o ambiente estável, com umidade relativa de 55% e temperatura de 22 °C a 25 °C.
- d) A higienização é a remoção de todas as sujidades e de todos os elementos considerados nocivos aos papéis, é descrita como uma ação mecânica e realizada a seco.
- e) Desinfestação, limpeza ou higienização e alisamento são reconhecidos como atividades de conservação.

37) Em relação aos tipos de correspondências descritos abaixo é correto afirmar que:

- a) Requerimento – destinatário com endereço, vocativo, contexto, fecho, data e assinatura são as partes de um requerimento.
- b) Circular – sua finalidade é esclarecer sobre determinado assunto, lei ou regulamento (não pode complementar ou retificar atos oficiais).
- c) Memorando – trata-se de correspondência utilizada na circulação interna e externa.
- d) Declaração – opinião escrita ou verbal, emitida e fundamentada por autoridade competente, acerca de determinado assunto.
- e) Ata – é redigida sem deixar espaço, sem fazer parágrafo para impossibilitar acréscimos.

38) Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue as afirmações seguintes,

- I) Todas as comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura, inclusive as comunicações assinadas pelo Presidente da República.
- II) O despacho ao memorando deve ser dado por meio de outro memorando. Assim, torna-se possível historiar o andamento de matéria que seja tratada no memorando, formando-se uma espécie de processo simplificado.
- III) Em correspondência oficial dirigida a deputado federal, deve-se empregar, no vocativo, o superlativo Ilustríssimo, seguido do pronome de tratamento Senhor e do nome do cargo.
- IV) Adjetivos referidos ao pronome de tratamento empregado em expedientes oficiais devem ser flexionados quanto ao gênero de acordo com o sexo da pessoa a quem se destina a comunicação.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) Apenas IV
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III.

39) A passagem de documentos dos arquivos correntes e/ou intermediários para os arquivos permanentes é chamada de:

- a) Seleção.
- b) Recolhimento.
- c) Descarte.
- d) Transferência.
- e) Condução.

40) Considerada como um conjunto de ações técnicas de caráter intervencionista nos suportes dos documentos, que se propõe a executar o trabalho de reversão de danos físicos ou químicos que tenham ocorrido nos documentos ao longo do tempo. Esse procedimento trata-se da:

- a) Restauração.
- b) Higienização.
- c) Desinfestação.
- d) Conservação.
- e) Preservação.

RASCUNHO

RASCUNHO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Carteira nº _____